



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

ATA de REUNIÃO	
Assunto Principal: Atendimento às demandas da AMAB acerca de instabilidades e dificuldades no uso do PJE	Data: 23/03/2023 (Quinta-feira)
Redator: Afranio Pedreira Junior	Local: Sala 311-N do Anexo II do TJBA

PAUITA

Item	Descrição
A	Atendimento às demandas da AMAB acerca de instabilidades e dificuldades no uso do PJE
B	Solicitação de relatório à SETIM sobre Plano de Estabilização do PJE e do Ambiente Computacional
C	Solicitação de relatório à SETIM sobre as demandas da AMAB (atendidas X pendentes)
D	O que ocorrer

Desenvolvimento da Pauta

A Atendimento às demandas da AMAB acerca de instabilidades e dificuldades no uso do PJE

Pondo, de imediato, em debate o ponto principal da reunião, "Atendimento às demandas da AMAB acerca de instabilidades e dificuldades no uso do PJE", o Presidente da Comissão Especial de Informática solicitou ao Secretário de TI e Modernização, Ricardo Franco Neri, que informasse se já haviam sido resolvidos todos os problemas e desconformidades apontados, recentemente, por aquela Associação, que apresentasse uma síntese do que já fora feito pela SETIM em tal sentido e, ainda, que lhe enviasse cópia do documento contendo as demandas encaminhadas por aquela Instituição. Para melhor detalhar, do ponto de vista técnico, os problemas ocorridos e as providências adotadas, o titular da SETIM passou a palavra ao Diretor de Informática, Henrique Roma. O Diretor da DIN iniciou afirmando que já haviam sido sanadas todas as dificuldades relacionadas à migração para a nuvem dos documentos do PJE, em especial, no que tange às assinaturas digitais dos mesmos. Quanto às dificuldades no uso do sistema PJE, apontadas pela AMAB, informou cuidarem-se, principalmente, de problemas relacionados à infraestrutura de Comunicação de Dados, sobretudo no interior, onde existem limitações para implementação,



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

pelo fornecedor do PJBA, a empresa de telefonia Oi, de links com grande capacidade de tráfego. Nesse ponto, o Secretário de TI interveio, pontuando que os problemas ocorridos não teriam por causa deficiênci na capacidade de processamento dos servidores, os quais, apesar da sobrecarga ocasionada pela incorporação ao PJE, só no último semestre de 2022, de cerca de 1.200.000 (hum milhão e duzentos mil processos) oriundos do sistema SAJ, estariam trabalhando, até o presente momento, com folga. Henrique Roma prosseguiu a sua fala informando que foram feitas, nesse período, duas visitas do corpo gerencial da Oi ao PJBA, por solicitação da própria SETIM, as quais vieram reforçar o compromisso da empresa, firmado pelo seu Diretor Nacional em visita à Presidência do PJBA no mês de setembro de 2022, em aprimorar a infraestrutura de Comunicação de Dados do Poder Judiciário do Estado da Bahia. Explicou, o titular da DIN, que a melhoria na performance e na estabilidade da Rede seria realizada, basicamente, pela instalação de links redundantes e pelo upgrade na velocidade dos links existentes, nas Comarcas do interior. Informou Henrique Roma, que, já no final do ano passado, como resultado do compromisso firmado pela referida telefônica com a Administração do PJBA, 143(cento e quarenta e três) upgrades haviam sido realizados, aumentando-se a velocidade dos links de 10Mb/s (megabits por segundo) para 20Mb/s, e dos de 20Mb/s, para 50Mb/s. Nesse momento, o Juiz Pedro Godinho questionou ao Diretor da DIN se a velocidade contratada para esse links estaria sendo, efetivamente, fornecida pela Oi, fazendo um paralelo com as soluções de Internet Residencial, as quais, no mais das vezes, não entregam o que prometem. Henrique Roma informou ao Membro da Comissão Especial de Informática, que, no caso das LPCDs (Linhos Privativas de Comunicação de Dados), como as contratadas pelo PJBA à empresa de telecomunicações Oi, a velocidade corresponderia, integralmente, àquela prevista no ajuste contratual, sendo permanentemente auditada pela SETIM. Prosseguiu o Diretor da DIN a sua explanação, informando que, do final do ano passado para cá, mais 135(cento e trinta e cinco) "sites" já teriam sofrido upgrade de velocidade, além de terem sido implementados links de redundância em 6(seis) comarcas de grande porte, dentre as quais destacaria Lauro de Freitas, Camaçari e Serrinha. O Presidente da CEIN, Desembargador Mário Albiani Júnior, perguntou ao titular da DIN se tais links de redundância estariam sendo fornecidos por empresas com atuação local nas comarcas do interior, ou, se pela própria Oi. O Diretor da DIN informou que, de fato, os links redundantes pertenciam a outras empresas com atuação nas comarcas, o que representava uma grande vantagem do ponto de vista tecnológico, por se tratarem de redes independentes, minimizando o risco de suspensão das atividades das Comarcas na hipótese, por exemplo, do rompimento de fibras da Oi e de outras ocorrências do gênero. Complementou Henrique Roma informando, que, por conta de requisito exigido pelo contrato firmado com a Oi, tais contratações de links redundantes estavam sendo realizadas diretamente pela referida empresa, acelerando a implementação de tais redundâncias, ao dispensar a SETIM da obrigação de realizar um sem-número de licitações para o atingimento de tal objetivo. Concluiu a sua explanação o Diretor da DIN enfatizando o grande esforço que a SETIM vem despendendo, através da sua Diretoria de Informática, para implementar uma rede de comunicação de dados de Alta Disponibilidade no âmbito do PJBA, o que vem sendo concretizado através das mencionadas ações, sobretudo, pelo aumento da velocidade dos links e pela implementação de redundância, onde é possível fazê-lo. Por fim, informou o Diretor de Informática, que, no período compreendido entre abril e maio do corrente ano, está prevista a realização de mais upgrades de velocidade de links e a implementação de novas redundâncias. Concluiu Henrique Roma dizendo que tais ações, por certo, resultarão num substancial incremento na qualidade da Rede do PJBA, a qual já se baseia, hoje, na moderna tecnologia SD-WAN, onde o gerenciamento da rede de dados é feito totalmente por software, possibilitando o redirecionamento e a sobreposição



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

de recursos de comunicação entre os "sites", quando necessário, otimizando a performance e a disponibilidade da referida Rede. - x - x - x - x - x - x - x - x

B	Solicitação de relatório à SETIM sobre Plano de Estabilização do PJE e do Ambiente Computacional
----------	---

Prosseguindo no cumprimento da pauta, o Presidente da Comissão Especial de Informática passou à discussão do seu segundo item, perguntando ao Secretário de TI e Modernização, se, neste período, alguma funcionalidade do PJE havia sido alterada. Respondendo ao questionamento em nome do Secretário de TI, o Diretor de Modernização, Manoel Lima Filho, afirmou, que, "não". Continuando com os questionamentos à SETIM, o Desembargador Mário Albiani Júnior perguntou qual seria a causa principal dos problemas que vêm ocorrendo no ambiente computacional, sobretudo do fim do ano passado para cá. Manoel Lima Filho respondeu que a grande responsável pelas instabilidades que vêm sendo percebidas pelos usuários, e que foram apontadas, recentemente, pela AMAB, seria a migração, no indigitado período, de, aproximadamente, 1.200.000(hum milhão e duzentos mil) processos do SAJ para o PJE, em contraposição a um total de 200.000(duzentos mil) processos migrados durante o restante do mesmo ano. Esclareceu, o Diretor de Modernização, que a migração desse gigantesco volume de processos em tão pequeno lapso temporal, não só impactara a estabilidade do PJE, em razão do aumento vertiginoso no número de acessos simultâneos ao seu ambiente computacional, mas, que, implicara na importação, para o referido sistema, do banco de dados do SAJ, o qual conteria uma série de inconformidades nos dados, não toleradas pelo PJE, muito mais exigente no que tange à qualidade da informação. Quanto ao primeiro fator, Manoel Lima Filho informou, que, no mês de novembro do ano passado, o PJE chegara a sofrer um pico da ordem de 12.000(doze mil) acessos simultâneos, enquanto que, no mês de fevereiro deste ano, esse número já saltara para cerca de 15.000(quinze mil). Nesse ponto, o Secretário de TI complementou informando ao Presidente da CEIN, que, na atualidade, esse quantitativo chega a, comumente, 16.000(dezesseis mil) acessos concomitantes, atingindo picos de 17.000(dezessete mil). Aprofundando-se, nesse ponto, Ricardo Neri afirmou, que, a razão para que o aumento da instabilidade, objeto de crítica pela AMAB e percebido pelos Juízes, ter só ocorrido nos últimos dias, seria o fato de a SETIM ter realizado a migração de versões do PJE (da 2.1 para a 2.2) e a importação dos dados desses 1.200.000(hum milhão e duzentos mil processos) do SAJ, no final do ano passado, no caso, durante o mês de novembro. Porque, prosseguiu o Titular da SETIM, de dezembro até o início de janeiro houve o recesso do Judiciário e, até o fim deste último mês, as férias da advocacia, às quais se seguiu, em fevereiro, a festa momesca, períodos em que a quantidade de acessos simultâneos ao PJE caem abruptamente. Desse modo, os problemas passaram a ocorrer de forma intensa e perceptível, apenas a partir da primeira segunda-feira após o Carnaval, quando as atividades laborais voltaram à carga total. Nesse instante, o Presidente da Comissão Especial de Informática questionou ao Secretário de TI se o procedimento de migração de versões do PJE (da 2.1 para a 2.2) também contribuiria para a intensificação dos problemas de instabilidade. Respondendo em nome da SETIM, Manoel Lima Filho afirmou que "não", que a migração de versões fora vantajosa do ponto de vista da melhoria no ambiente computacional e que a descontinuidade do SAJ também fora algo positivo, por se tratar, a versão cliente-servidor desse sistema, até então utilizada pelo PJBA, de uma solução, tecnologicamente, defasada. Continuou o titular da Diretoria de Modernização informando que, de igual modo, a migração dos documentos do PJE para a "nuvem" impactara positivamente na redução da demanda sobre o ambiente computacional do PJBA. Quanto a esse ponto, o Desembargador Mário Albiani Júnior questionou se o procedimento de "upload" de todos os documentos do PJE para a nuvem não redundaria, durante o período de sua realização, em estrangulamento do link com a Internet, do PJBA. O Secretário de TI respondeu ao questionamento



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

informando que fora utilizado para a realização da subida dos documentos do PJE para a "nuvem", um link exclusivo, o qual, inclusive, continua a ser utilizado, diariamente, para tal propósito, evitando-se, desse modo, sobrecarga do "backbone" (link de chegada ao CPD) do PJBA. O Desembargador Mário Albiani Júnior perguntou ao Secretário de TI que providência havia sido adotada para o solucionamento do problema relacionado aos documentos do PJE ainda não assinados, mas que haviam sido exportados para o ambiente de nuvem. Ricardo Neri informou que foi implementada uma rotina para "forçar" a assinatura de tais documentos pelos usuários que acessam, através do PJE, os processos que contêm documentos com a referida pendência, solucionando-se, de forma gradativa e eficaz, tal problema. O Diretor de Modernização retomou o uso da palavra pontuando que uma das causas primárias da instabilidade seria, efetivamente, a existência de inconsistências nos dados importados do banco de dados do SAJ, rejeitados, automaticamente, pelo PJE, de forma a evitar a ocorrência de problemas com indexação. Informou o titular da DMO que o SAJ permitia uma grande flexibilidade no preenchimento dos dados cadastrais, contrariamente ao que ocorre no PJE, extremamente exigente, sob esse aspecto. A título de exemplo, citou o caso de um grande número de processos do SAJ em que não constavam os nomes dos integrantes dos polos ativo e/ou passivo dos feitos e, também, de números errôneos ou omissos dos respectivos CPF's ou CNPJ's. Também se referiu a situações em que as partes, por não possuírem inscrição no cadastro da Receita Federal, deveriam ter tido os dados do seu registro civil (que constam nas suas certidões de nascimento), devidamente, lançados, sendo que, no sistema SAJ, havia a possibilidade de essa informação ser deixada em branco, enquanto que, no PJE, tal possibilidade não existiria, impossibilitando a exportação de processos contendo tais inconsistências para o banco de dados desse último. Citou, por último, que problemas análogos aos relatados impediram a migração de um quantitativo enorme de processos do SAJ para o PJE, passando a constar do relatório de "log" de erros emitido por este sistema, o que forçara a SETIM, em muitos casos, a buscar a resolução de tais inconsistências, corrigindo a situação diretamente no Banco de Dados, como forma de solução de contorno. Nesse instante, o Presidente da CEIN perguntou ao Secretário de TI se uma parcela da culpa pela instabilidade não se encontraria na insuficiência da capacidade de processamento dos servidores (computadores centrais) do sistema. Respondendo ao questionamento, Ricardo Neri afirmou que "recurso computacional tem de sobra". O Desembargador Mário Albiani Júnior questionou ao Secretário de TI se as dificuldades estariam, então, na limitação da velocidade dos links que constituem o "backbone" do PJBA, qual seja, a espinha dorsal de comunicação de dados que interliga, na última milha, toda a rede WAN aos servidores do CPD. O Secretário de TI respondeu que esse problema, de igual sorte, já havia sido equacionado, através do upgrade na velocidade dessa infraestrutura, que passou de 2,5 gigabits por segundo para 15 gigabits por segundo, um aumento da ordem de 600% (seiscentos por cento) na capacidade de tráfego. Diante das duas respostas, o Presidente da Comissão Especial de Informática solicitou ao Secretário de TI que elencasse, então, em breve síntese, os fatores que causaram os problemas enfrentados, ultimamente, pelos usuários do PJE. Ricardo Neri disse que a maior parte das dificuldades seriam causadas, primariamente, por problemas na arquitetura do próprio sistema, em diversas rotinas que o compõem. Citou, também, algumas questões relacionadas ao software básico, substrato sobre o qual "roda" o PJE, como, por exemplo, o seu sistema gerenciador de banco de dados, o "Postgres", que estaria necessitando passar por uma atualização de versão, tarefa que iria consumir cerca de 20(vinte) a 25(vinte e cinco) dias de trabalho da equipe técnica para ser concluída, dentre a construção de uma réplica do banco de dados real, a realização de testes diversos em cima dessa cópia e, por fim, a migração atualizada para o ambiente de produção. Citou, ainda, a necessidade de se atualizar a versão do Java do sistema operacional, sob o qual rodam os



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

servidores, linguagem e máquina virtual onde se desenvolve e executa o PJE. Mas, que, para que tais evoluções na infraestrutura computacional pudessem ser disponibilizadas no ambiente de produção (o ambiente real) com absoluta segurança, seria necessário o dispêndio de muito esforço, tempo e recurso humano técnico especializado, além da realização de inúmeros testes prévios, de forma a se evitar a ocorrência de uma situação, potencialmente, catastrófica. Ricardo Neri concluiu a síntese das fontes dos problemas dizendo, que, todas essas medidas, em conjunto, por certo redundariam em diminuição na quantidade de ocorrências de falhas, como as apontadas pelos usuários, em especial, os denominados "erros de tela". O Presidente da CEIN perguntou ao Secretário sobre a resolução do problema relacionado, especificamente, à assinatura digital. O Secretário de TI respondeu dizendo cuidar-se de um problema complexo, por envolver a combinação de diversos serviços (componentes) do sistema, além do fato de o PJE admitir o uso de diversas fontes para a realização da assinatura dos documentos. Explicou que o procedimento exigiria a utilização de diversas ferramentas, mas que a SETIM já republicara alguns dos seus fluxos. Ricardo Neri disse que algumas outras ações, mais rápidas, simples e de efeito imediato, estariam sendo empreendidas, tais como, a execução diária de um "script" de limpeza do Banco de Dados, o foco na resolução dos erros que "explodem" em tela, etc, não podendo deixar de repisar, ainda, os efeitos benéficos da bem-sucedida atualização na versão do PJE. Disse que vem buscando realizar os ajustes necessários, que a SETIM possui um "Plano de Ação" e, que, para a sua execução, tem contado com a inestimável colaboração da equipe técnica do Conselho Nacional de Justiça. Que, num esforço conjunto com o referido Órgão, vem buscando diagnosticar a origem das falhas, tendo sido, por exemplo, sugestão do próprio CNJ a citada atualização da versão do Java, ainda pendente de efetivação. Disse, por fim, que a equipe do CNJ realizou uma visita à SETIM no período do Carnaval e que já agendara uma nova visita para meados do mês de abril. O Desembargador Mário Albiani Júnior questionou ao Secretário de TI sobre a situação do PJE, especificamente, no dia em curso. Ricardo Neri respondeu que, naquele dia, o sistema apresentara algumas falhas de "timeout" (condição em que a aplicação aborta a requisição feita pelo usuário, por força de demora excessiva no tempo de resposta), redundando na necessidade de o usuário efetuar o procedimento de "logon" várias vezes. O Titular da SETIM destacou que a arquitetura baseada em fluxos é uma coisa muito boa do PJE, quanto represente, em alguns momentos, um grande desafio, uma vez que a maior parte dos problemas ocorre a partir de falhas no "motor" de fluxos. Informou, ainda, o Secretário de TI, que republicara, na última terça-feira, o fluxo utilizado por todo o interior, em substituição ao que vinha sendo utilizado desde 2017. Nessa esteira, o Presidente da Comissão Especial de Informática perguntou ao Titular da SETIM se, nos termos do que dissera, os problemas apresentados pelo PJE seriam, efetivamente, de natureza estrutural. Ricardo Neri explicou que há três(3) pilares sobre os quais a solução PJE se apoia: computador, Internet e o próprio código do sistema. O Desembargador Mário Albiani Júnior, nesse instante, questionou quem, dentre os presentes, poderia relatar acerca dos problemas estruturais. Solicitando o uso da palavra, Henrique Roma, Titular da DIN, informou que, por exemplo, a migração dos documentos para a nuvem fora positiva, em termos de melhora estrutural. Novamente, o Presidente da CEIN perguntou quem mais, dentre os presentes à reunião, poderia detalhar esses problemas estruturais e, também, no que tange às dificuldades relacionadas à assinatura de documentos, qual seria o prazo da SETIM para resolução deles, bem como, quando seria feita essa entrega aos usuários do PJE. O Secretário da TI respondeu dizendo que o problema da assinatura variaria muito, que se tratava de um problema nacional, sendo, por isso mesmo, muito variável. Retomando a palavra, o Desembargador Mário Albiani Júnior perguntou ao Titular da SETIM como, então, melhorar a questão da assinatura. Ricardo Neri explicou que todas as ações em



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

curso, já relatadas, atuando de forma conjunta, redundariam, também, na melhora dessa questão, informando que o prazo estimado para isso ocorrer seria o final do mês de abril. Respondendo ao questionamento do Presidente da CEIN, o Diretor de Informática, Henrique Roma, informou que, conforme já dissera o Secretário de TI, os problemas estruturais se originam em três(3) pilares: aplicação (o código do PJE), computador (servidores de dados) e link (canais de comunicação). Henrique Roma informou que estimava que os resultados positivos de todas as ações que vêm sendo empreendidas pela SETIM comecem a ser percebidos, mais efetivamente, a partir da segunda quinzena do mês de maio. Informou, ainda, que já teriam sido adquiridos e instalados, aproximadamente, 5.000(cinco mil) novos computadores do tipo desktop (estações de trabalho) e que já estava em tramitação a publicação de mais um edital para aquisição de um número equivalente, sendo esperada a atualização de todo o parque de computadores de mesa do PJBA, cerca de 12.000(doze mil) máquinas, até o final da atual Gestão. O Desembargador Mário Albiani Júnior disse que solicitaria ao Presidente do PJBA que envidasse esforços junto à Consultoria Jurídica para o rápido deslinde do aludido processo licitatório, destinado à renovação das máquinas utilizadas pelos Magistrados e Servidores. Prosseguindo na condução do encontro, o Presidente da CEIN voltou a solicitar ao Secretário de TI que estimasse um prazo para dirimir as multicitadas desconformidades do PJE, bem como, para deixá-lo mais estável. Ricardo Neri informou que estimava ver, até o final do mês de abril, uma redução drástica nos erros, ora, ocorrentes, mas, que, ainda não seria alcançado um patamar de 100% de estabilidade, por conta de problemas de validação nos dados do sistema legado, alhures explicados.- x - x - x - x - x - x - x - x - x -

C	Solicitação de relatório à SETIM sobre as demandas da AMAB (atendidas X pendentes)
----------	---

Dando sequência à pauta, o Presidente da Comissão Especial de Informática solicitou ao Titular da SETIM que lhe encaminhasse um relatório contendo todas as demandas encaminhadas pela AMAB, atendidas e a atender, onde constem, inclusive, os prazos para atendimento. Nesse momento, o Membro Titular da Comissão, Juiz Raimundo Nonato Borges Braga interveio, sugerindo, que, no corpo do aludido relatório, fosse detalhado o planejamento necessário à execução de cada item. Aproveitou o ensejo, o Juiz Raimundo Braga, para questionar ao Secretário de TI onde estaria a empresa que deveria estar evoluindo o PJE, pois, no seu entender, não seria aceitável que o grupo que pensa o sistema fosse o mesmo que o conserta. Concluiu, o Membro da CEIN, dizendo que a equipe dedicada ao PJE é mínima, e que vai se alternando em outras frentes de trabalho. O Desembargador Mário Albiani Júnior perguntou ao Juiz Raimundo Braga qual seria, então, a solução para o indigitado problema. O Juiz Raimundo Nonato Braga respondeu dizendo que entendia que os servidores, quer concursados, quer terceirizados, voltados a pensar o PJE, não deveriam, concomitantemente, trabalhar na execução do seu planejamento, nem atuarem no desenvolvimento e na manutenção de outros sistemas. Sugeriu, ainda, que a equipe de terceirizados poderia ser ampliada e que, conquanto haja muitos sistemas a manter, o PJE é o negócio principal da TI do PJBA. O Presidente da Comissão Especial de Informática perguntou ao Titular da SETIM qual seria, então, a seu ver, a solução para a questão apontada pelo Membro da Comissão. Ricardo Neri explicou que, por conta da grande defasagem tecnológica que fora encontrada, a atual Gestão triplicara o orçamento da pasta, tendo sido planejados vários investimentos para o exercício de 2023. Explicou, ainda, que fora elaborado um plano de contratações direcionado, especificamente, ao PJE. Nesse momento, o Juiz Raimundo Braga perguntou ao Secretário se essas medidas não deveriam ter sido tomadas logo no início da atual Gestão. Ricardo Neri respondeu dizendo que esbarrara em dificuldades do mercado de trabalho, pois, mesmo dispondo de cargos em comissão, não conseguira contratar nem um único técnico especializado em PJE. O



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

Desembargador Mário Albiani Júnior questionou ao secretário de TI quando ele estimava que aconteceriam novas contratações de pessoal, em resposta ao que afirmou Ricardo Neri: "dentre três(3) a quatro(4) meses". Complementou a discussão sobre o tópico, o Titular da SETIM, afirmando estar, ainda, a buscar a contratação de alguma empresa com expertise em PJE, estimando um prazo de 15(quinze) dias para conclusão desse trabalho de prospecção. O Membro da Comissão Especial de Informática, Juiz Raimundo Nonato Borges Braga observou que devem ser buscadas soluções de microfluxo, pensar-se desde já na migração do PJE, como um todo, para o ambiente de nuvem, e que falta pouco tempo para o início do período de transição para a próxima Gestão, o que, decerto, impactará sobre a força de trabalho da Secretaria de TI e Modernização. O Presidente da Comissão de Informática pontuou que o trabalho é em conjunto com os Juízes, e que muita coisa já feita tivera caráter resolutivo, devendo-se intensificar o trabalho de estabilização do sistema, focando a SETIM em avanços na qualidade do PJE, não mais importando, agora, os feitos do passado, tais como, a migração de versões, o upload de documentos para a nuvem, o aumento de links, etc. O Juiz Raimundo Braga reafirmou que a equipe do PJE precisa de ajuda, pois, quem conserta não pode desenvolver, e que os Juízes devem ser mais ouvidos, pois estão a detectar, diariamente, pontos de melhoria do sistema. Continuou o Membro da CEIN afirmando que o PJE de 2º grau funciona melhor que o de 1º grau e que a SETIM deve atuar progressivamente, pois, daqui a pouco, será necessário parar tudo, por força do processo de transição de gestões. O Juiz Raimundo Braga prosseguiu afirmando que a força de trabalho da nova equipe já fora absorvida, questionado aos seus representantes, ali presentes, se a SETIM estaria planejando a criação de novos cargos na área de TI, especialmente, os dedicados, de forma exclusiva, à melhoria do PJE. Fazendo uso da palavra, o Presidente da CEIN questionou aos representantes da SETIM, o que, diante do quadro descrito, deveria ser feito e qual seria o Plano de Ação daquela Secretaria para corrigir as falhas no PJE de Primeiro Grau. O Juiz Raimundo Braga complementou a sua intervenção destacando a importância da apresentação, pela SETIM, do relatório solicitado pelo Presidente da Comissão Especial de Informática, bem como, questionando se os links de redundância, a serem contratados para as Comarcas do interior, seriam, realmente, seguros. O Diretor de Informática, Henrique Roma, respondeu ao último questionamento afirmando que existe toda uma política de Segurança da Informação no âmbito da TI do PJBA. O Membro da Comissão, Juiz Pedro Godinho, fazendo uso da palavra, comentou que os problemas ocorrem, efetivamente, nos três(3) níveis apontados: hardware, software e links. Exemplificou quanto ao primeiro item dizendo que, recentemente, esteve na Coordenação de Atendimento Técnico, COATE, e ficou impressionado com a quantidade de equipamentos danificados, ali acondicionados. Afirmou, em seguida, que a questão do software é um problema de natureza, eminentemente, nacional, mas que apresenta, também, algumas causas de ordem local, citando, a exemplo, a velocidade muito rápida com que fora efetuada a recente migração de versões do PJE. Já a questão dos links, prosseguiu o Juiz Pedro Godinho, é uma problema de longas datas, discutido desde a criação da Comissão de Informática, ocasionado, sobretudo, por deficiências na infraestrutura de comunicação de dados do interior do Estado da Bahia, consistindo, no seu entender, no maior problema de TI do PJBA. O Diretor de Informática, Henrique Roma, interveio afirmando que, infelizmente, a solução dos problemas relacionados à comunicação de dados dependeria, inteiramente, do serviço de terceiros. Mas, que, de novembro de 2022 até a presente data, já haviam sido realizados cerca de 140(cento e quarenta) upgrades de velocidade nos referidos links. Completou dizendo que a entrega desses recursos é um desafio e que a opção de instalar um segundo link nas comarcas do interior é "o que se tem para hoje". O Desembargador Mário Albiani Júnior disse que, mais uma vez, mister se faz ter um Plano de Ação. O Juiz Pedro Godinho concluiu a sua fala afirmando que a questão dos



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

links não tem como ser resolvida em pouco tempo. Já quanto ao PJE, entende que a principal fraqueza é a reduzida equipe técnica a ele dedicada, conforme espostado pelo colega Raimundo Braga. Que a SETIM deveria priorizar a solução dos problemas emergenciais, focando nos mais graves, pois boa parte dos problemas tem como origem a qualidade da versão nacional do multicitado sistema. O Presidente da CEIN afirmou que a SETIM tem que solucionar as demandas remanescentes da AMAB, determinando a consignação em ata de que solicitara àquela Secretaria um relatório que evidenciasse todo o trabalho desenvolvido desde o inicio da Gestão, bem como, de um Plano de Ação voltado à resolução das pendências, dos quais deverão ser extraídas cópias a serem distribuídas a todos os Membros da Comissão Especial de Informática. O Juiz Ricardo Augusto Schmitt disse que as queixas relacionadas à instabilidade do PJE, postadas nos grupos de Magistrados de Primeiro Grau, eram uma constante. O Presidente da Comissão Especial de Informática perguntou ao Juiz Ricardo Augusto Schmitt quais teriam sido os problemas relatados nos grupos de WhatsApp dos Juízes, especificamente, naquele dia. O Juiz Ricardo Augusto Schmitt, Membro Titular da Comissão, após consultar seu smartphone, disse, que, naquele dia, havia várias queixas relativas a problemas com assinatura digital, bem como, relacionadas ao desaparecimento de minutas de despachos e decisões preparadas pelos assessores dos Juízes. Nesse momento, o Diretor de Modernização, Manoel Lima Filho, explicou que recebera, efetivamente, naquele dia, reclamações por parte de 3(três) Juízes quanto à assinatura digital, verificando tratar-se de um problema localizado, ou seja, que o problema não teria um cunho generalizado. O Juiz Ricardo Schmitt pontuou que o PJE é altamente instável, que os problemas não ocorrem sempre, mas com bastante frequência. Que trabalha com o PJE desde o seu nascêdo e que problemas com esse sistema sempre existiram, que são recorrentes e que eram apontados, com frequência, nas reuniões da própria Comissão de Informática, realizadas durante a Gestão passada. O Desembargador Mário Albiani Júnior sugeriu que a SETIM deveria disponibilizar no Portal do PJBA um espaço para registro, pelos Magistrados de Primeiro Grau, dos erros ocorrentes. Ricardo Neri, Secretário de TI, declarou que o desafio é fazer com que o PJE de Primeiro Grau se aproxime, em termos de estabilidade, do PJE de Segundo Grau. Nesse ponto, o Juiz Raimundo Nonato Braga disse que o que fez com que o PJE de Segundo Grau ficasse bom fora o fato de sua implantação ter sido bem planejada, tendo sido realizadas inúmeras reuniões durante a realização do referido procedimento. Continuou dizendo que encontrara, recentemente, um documento da época da Gestão do Desembargador Eserval Ramos, onde se apontavam problemas com o SAJ bastante similares aos apresentados, hoje, pelo PJE. Disse, ainda, que o que faz um sistema ser bom é o seu grau de maturidade e que, embora o PJE tenha sido implantado em 2017, só a atual Administração é que o trouxe para junto da área de negócios. O Desembargador Mário Albiani Júnior sugeriu ao Secretário de TI que a SETIM deveria divulgar, junto à comunidade judiciária, a ampliação da capacidade dos links, recém realizada, por se tratar de uma realização altamente relevante. - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x -

D	O que ocorrer
----------	----------------------

Dirigindo-se ao Membro da Comissão, Juiz Ricardo Schmitt, o Presidente da CEIN lhe disse, que, durante as reuniões da "RAE", alguns pontos importantes relacionados à área crime haviam sido discutidos, dentre os quais, destacaria a questão da necessidade de efetuar-se a degravação das gravações de audiência. O Juiz Ricardo Schmitt explicou, que, de fato, se o Juiz não proferir a sentença no bojo da audiência, tem que ouvir, posteriormente, toda a gravação, para fazê-lo. O Presidente da Comissão Especial de Informática, nesse momento se dirigindo ao Titular da SETIM, disse-lhe que seria muito importante buscar, desde logo, uma solução de degravação. Outro ponto frequentemente abordado nas reuniões da "RAE", segundo o Presidente da CEIN, era a questão do grande crescimento, nos últimos tempos, das taxas de



**Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática**

judicialização, sendo igualmente importante o desenvolvimento de ferramentas que possibilitessem a identificação dos tipos de demanda que estão sendo ajuizadas de forma exagerada. O Juiz Ricardo Schmitt disse, nesse momento, que toda extração de informação de sistemas se baseia na adequada alimentação da sua base de dados. Sobre tal ponto, o Desembargador Mário Albiani Júnior comentou que existe em curso no PJBA um forte trabalho das Corregedorias no sentido de serem aprimoradas a classificação dos feitos e a qualidade dos dados cadastrados. Nesse instante, Ricardo Neri informou que a SETIM entregará, até o final do mês de maio, um projeto de IA que apoiará o referido trabalho. O Presidente da CEIN falou sobre a importância de se resolverem essas questões e de se encontrar soluções que mitiguem o excesso de judicialização. O Desembargador Mário Albiani Júnior abordou, ainda, a questão da necessidade de o PJE tentar identificar, no momento da distribuição, os casos de prevenção, momento em que o Secretário de TI afirmou que a Corregedoria definira os casos em que os processos passariam, obrigatoriamente, pela análise do SECODI. No que tange a esse ponto, o Juiz Ricardo Schmitt falou que seria muito importante que os Promotores de Justiça fossem treinados para verificar a existência de prevenção, antes de submeterem as denúncias à distribuição. Ricardo Neri complementou, informando que a Polícia Civil já tem acesso ao PJE. Nesse momento, adentrou ao recinto uma jornalista da ASCOM, que passou a entrevistar alguns dos participantes ao encontro. - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x -

Encerramento

Finalizando a reunião, o Presidente da Comissão Especial de Informática, Desembargador Mário Augusto Albiani Alves Júnior, franqueou a palavra aos presentes e, porque dela ninguém mais quisesse fazer uso, deu por encerrados os trabalhos, às dezesseis horas e cinquenta minutos da mesma data do seu início. - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x -



Poder Judicário
do Estado da Bahia

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

RELAÇÃO DE PRESENÇA EM REUNIÃO

DATA: 23/03/2023 (QUINTA-FEIRA)

INÍCIO: 14:30 FIM: 16:50

#	Nome	Cargo/Função	Assinatura
1	RICARDO NEU FRANCO	SECRETÁRIO GERAL	
2	CARLOS NÉTOR PASSOS	DIRETOR DE GOVERNANÇA	
3	Raimundo Nando Boca Boaventura	PROF. DE DIREITO	
4	Haynaldo Costa de Lima	DIRETOR DIN	
5	Ana Kerega Cirne	TECN. JUDICIÁRIO	
6	Marioel Joaquim S. Lima Filho	DIRETOR DMO	
7	Marcus Vinícius Fernandes	Secretário	
8	Márcio Albani Júnior	Desembargador	
9	AFRÂNIO PEDRAZA JÚNIOR	SERVIDOR/COMISSÃO T.I.F.	
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			